

Intervenção Proferida pelo Deputado Clélio Menezes
no período legislativo de Junho 2006

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhora e Senhores

Membros do Governo

A comunidade internacional (através da ONU) destinou o dia 26 de Junho à luta contra o abuso e tráfico ilícito de drogas.

Porém, este, como todos os demais dias mundiais e internacionais, constituindo uma marca da importância que o mundo unido dá a determinadas realidades, não pode ficar-se por isso mesmo, pela referência a uma determinada preocupação dos homens assinalada no calendário.

Sendo um problema mundial que gera conflitos sociais, dinâmicas económicas, dramas familiares e tragédias pessoais, as questões ligadas ao consumo e tráfico de drogas vêm assumindo níveis especialmente preocupantes nos Açores.

Com efeito, hoje não pode fugir-se a uma realidade que existe, na medida em que cada vez mais é sentida pelas pessoas, nas dimensões individuais, familiares e sociais, que cada problema assume.

O PSD, desde há alguns anos a esta parte, tem identificado como prioridade da sua acção política a promoção da reflexão, do debate e de propostas que incidam sobre a mazela social que é a droga.

Ainda na passada semana, o Grupo Parlamentar do PSD elegeu o assunto como tema das suas Jornadas Parlamentares.

A iniciativa do PSD decorre da avaliação que fazemos das preocupações da sociedade açoriana e sustenta-se em números verdadeiramente relevantes e que, até agora, ainda, não mereceram, por quem de direito, o tratamento necessário e eficaz.

Como é público e tem sido referido, os últimos dados oficiais conhecidos, remontando ao ano de 2001 (Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Portuguesa e Inquérito em Meio Escolar), revelam que os Açores ocupam os primeiros lugares em alguns aspectos e, sobretudo,

que os consumos de estupefacientes estão a aumentar, sendo cada vez mais precoces os consumidores, que se integram em toda a sociedade de forma transversal, e que as denominadas drogas duras têm infeliz lugar de destaque nas ilhas.

Ainda recentemente, no passado mês de Maio, o Governo da República revelava que os Açores tinham das “*maiores percentagens de experimentação de heroína e cocaína, tanto no 3º ciclo como no Secundário*”.

No âmbito das Jornadas Parlamentares, e através do contributo dado por um dos especialistas convidados, foi referido que a Região tem cerca de 80.000 fumadores, 30.000 alcoólicos e 5.000 dependentes de substâncias ilícitas, tendo sido acrescentado que 10,8% dos açorianos já experimentou o consumo de estupefacientes pelo menos uma vez, quando a média nacional é de 7,8%.

Se os números são alarmantes em termos de consumo não deixam de o ser no que concerne ao tráfico, com as recentes notícias de apreensão de mais de um milhão de doses individuais nos Açores, sendo cerca de 750.000 doses de haxixe, cerca de 250.000 doses de cocaína e cerca de 36.000 doses de heroína só na ilha de São Miguel.

Mas mais do que a análise descritiva dos números, seguramente conhecidos e estudados por quem tem responsabilidades no sector, é necessário reflectir, apresentar caminhos e metas de intervenção no problema que, sendo sentido dolorosamente por aqueles que directamente sofrem os seus efeitos, deve ser encarado e atacado como uma calamidade social.

Desde logo, é importante avaliar-se estas problemáticas numa dimensão mais alargada, positiva e descomplexada.

O pressuposto e o propósito de intervenção pública nestas matérias não poderá ser a exclusão minimalista dos afectados mas a inclusão pró-activa em termos da recuperação pessoal, familiar e social daqueles que passam pela adversidade.

Por outro lado, a abordagem das dependências deve abranger as designadas drogas lícitas que, exactamente pela licitude do respectivo comércio e consumo, exigem um acompanhamento mais rigoroso e eficaz.

A este nível, o alcoolismo evidencia particulares sinais de alerta, que se reflectem tanto ao nível da saúde, como da própria

estabilidade das famílias e das comunidades, e da segurança doméstica e pública, com os conhecidos números da violência familiar (em que os Açores estão num elucidativo terceiro lugar do país) e da sinistralidade rodoviária com as médias do arquipélago a serem significativamente superiores às nacionais.

A isto tudo tem respondido o Governo Regional com algumas medidas correctas mas com outras claramente inconsequentes porque descoordenadas, o mais das vezes baseadas na propaganda colorida e mediática com resultados por aparecer e, fundamentalmente, com ausência de medidas em muitas das dimensões do problema.

Mesmo sem expressar uma qualquer avaliação da acção governativa, no que somos dispensados pela própria falta de resultados visíveis demonstrada nos números que nos colocam nos lugares de topo do problema no país, não podemos, no entanto, deixar de questionar a ausência de efeitos de um denominado Plano Regional de Prevenção de Comportamentos de Risco.

Tal Plano, que mereceu divulgação pública interessante nos vários concelhos da Região, deveria ter sido sujeito a outro tipo

de discussão, designadamente nesta Assembleia, para além de não ser apresentado com objectivos claros, identificação de meios e definição de prazos para alcançar aqueles, ficando aqui o desafio para que o Governo Regional assuma expressamente tais compromissos.

Pois, mais do que acções mediáticas avulsas, como o envolvimento do futebolista Pauleta, com o mérito e interesse inegável de tal participação para a juventude açoriana, no exemplo dignificante que é a vida de um dos nossos, é necessário que as acções constituam de forma integrada um programa e um plano de acção com objectivos definidos e resultados efectivos.

O PSD, ao contrário do que apregoa a interessada e interesseira propaganda socialista, exerce com sentido de responsabilidade e respeito pelos seus ideais e compromissos e, fundamentalmente, pelos açorianos, a sua função de oposição, no acompanhamento da acção governativa, no diagnóstico da realidade regional, na denúncia das deficiências e omissões do executivo e, sendo consequente, na apresentação de propostas de intervenção política com importância para a vida dos açorianos.

O PS, por seu lado, continua na procura incessante pelo domínio totalitário da acção política açoriana. Não quer que o PSD acompanhe a acção do Governo. Reage mal às denúncias. Não aceita as propostas do PSD: isto é, continua a não querer, arrogante e desrespeitosamente, que exista oposição.

Tudo se torna mais grave, quando o PS esquece qual é o seu verdadeiro papel no quadro político regional: Governar, executar, políticas, cumprir com as promessas e projectos apresentados ao eleitorado.

Passados dez anos de governação e a meio do actual mandato, muito do que foi prometido continua por realizar, muito daquilo que os açorianos precisam continua por fazer.

O PS não faz o que lhe compete, o PSD apresenta propostas concretas para problemas que preocupam cada vez mais açorianos.

Por tudo isto, o PSD lança o desafio ao PS para mudar de rumo e aceitar o trabalho e a existência da oposição, associando-se às propostas agora apresentadas.

Deu hoje entrada nesta Assembleia um projecto de Decreto Legislativo Regional que prevê a criação de um sistema de incentivos ao emprego a toxicodependentes e ex-toxicodependentes que se encontrem em tratamento ou tenham terminado um programa de tratamentos.

Com esta proposta, cujo conteúdo será devidamente apresentado, pretendemos dar um verdadeiro conteúdo e eficácia aos propósitos de inclusão social e da reinserção daqueles que para além do sofrimento da situação e da força da recuperação necessitam ver uma resposta da sociedade para concretizar o investimento pessoal e social na saída do problema.

Ao contrário de uma visão minimalista e meramente proteccionista dos mais frágeis defendida e praticada por alguns, entendemos que a recuperação das situações de debilidade pessoal, familiar e social se faz com a responsabilização, participação e actividade dos beneficiários, designadamente através do trabalho.

Porém, se o emprego se vai assumindo genericamente como um problema dos açorianos, maiores são as dificuldades de trabalho de toxicodependentes e ex-toxicodependentes, pelo que

deverá existir uma majoração no incentivo à empregabilidade destes cidadãos.

Por outro lado, entendendo que para actuar com eficácia e precisão sobre qualquer realidade é necessário conhecê-la com rigor, que continua a existir nos Açores um significativo desconhecimento da verdadeira dimensão, características e efeitos das dependências e que se assume como essencial para a intervenção nesta área a centralização do estudo e acção numa específica entidade, o PSD propõe a criação de um Observatório Regional das Dependências.

Sem ter uma ligação necessária e absoluta com a problemática abordada, vem surgindo nos Açores um clima de preocupante insegurança ao nível das famílias e das comunidades, que em alguns aspectos, e como é perceptível e assumido pelos especialistas, deriva do uso e dependências de drogas lícitas e ilícitas, razões pelas quais apresentaremos um Projecto de Resolução que recomende ao Governo da República que dote a Região de meios de segurança que intervenham com eficácia na Região em defesa das populações e bens das ilhas.

Ainda a este nível, o Grupo Parlamentar do PSD irá apresentar nesta Assembleia uma proposta com vista à criação de um Conselho Regional de Segurança, que, com uma visão regional das questões ligadas ao sector, indique caminhos efectivos para a acção pública necessária.

É assim que, independentemente das vontades do PS e dos ataques desenfreados ao PSD com que ocupa a sua agenda e actividade políticas, o PSD irá continuar firme no propósito de contribuir para melhorar a vida dos açorianos, em particular os que têm mais dificuldades.

E fazêmo-lo, para que o dia de ontem, 26 de Junho – Dia Internacional da luta contra o abuso e tráfico ilícito de drogas – continue a ser celebrado amanhã, em todos os amanhãs em que o sofrimento de uns seja superado pelo envolvimento e a responsabilidade cívica de todos.

Disse.